

Revista LEX de Direito Administrativo

Editora

Zilá T. Miorelli

Coordenadores da Revista

Leonardo da Rocha de Souza

Silvio Luís Ferreira da Rocha

Conselho Editorial

Carolina Zockun	Christianne Stroppa
Cleide Calgaro	Danilo Miranda Vieira
Flávio Garcia Cabral	Genilson Carreiro
Georghio Tomelin	Jacinto Arruda Câmara
Jefferson Carlos Carús Guedes	José Roberto Pimenta Oliveira
Julio Grostein	Leticia Queiroz de Andrade
Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz	Luis Manuel Fonseca Pires
Luzardo Faria	Marcia Pellegrini
Marcos Augusto Peres	Marcos Porta
Marinês Restellato Dotti	Rafael Carvalho Rezende Oliveira
Raphael Silva Rodrigues	Rafael da Cás Maffini
Rodrigo Bordalo	Rodrigo Almeida Magalhães
Silvio Guidi	Rúbia Zanotelli de Alvarenga
	Tatiana Meinhart Hahn

v. 5 n. 15

setembro/dezembro 2025

LEX
EDITOR A

© REVISTA LEX DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Publicação quadrienal da LEX Editora S/A, à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

Os conceitos emitidos nos trabalhos assinados são de responsabilidade dos autores.

Artigos podem ser encaminhados via site (<http://www.lex.com.br/enviar-doutrina>).

Publicação com distribuição em todo o território nacional.

Revista LEX de Direito Administrativo
n. 15 (set./dez. 2025) – Porto Alegre: LEX, 2025
Quadrimestral.

Coordenação: Leonardo da Rocha de Souza e Silvio Luís Ferreira da Rocha.

ISSN 2763-5619

1. Direito Administrativo – Periódico.

CDU 342.9(05)

Catalogação na publicação: Leandro Augusto dos Santos Lima – CRB 10/1273

LEX Editora S/A

Diretora: Marlene Imhoff

Rua 18 de Novembro, 423 Porto Alegre/RS - CEP 90240-040

www.lex.com.br sac@lex.com.br

Serviço de Atendimento: 51 3191-3033

SUMÁRIO

Apresentação	5
Doutrina	
Contratações públicas “orientadas por missões” e o fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico nacional no direito brasileiro <i>Danilo Miranda Vieira</i>	7
A inviolabilidade material dos vereadores e o uso das redes sociais: análise crítica sobre a limitação territorial sob a perspectiva da mutação constitucional <i>Vladimir Leandro de Figueiredo e Silva, Thiago Penido Martins e Raphael Silva Rodrigues</i>	45
A autonomia das instituições de ensino superior e a relevância da aprovação em concurso público para a abreviação do curso superior <i>Alcides Belfort da Silva e Bruno Rodrigues Alves</i>	77
Gestão pública em transição: o papel da LINDB e da nova Lei de Licitações na superação da inércia decisória <i>Marina Augusto de Moraes</i>	99
Parecer	
Validade das condições previstas na Lei 13.448/2017 para prorrogação antecipada de concessões <i>Marçal Justen Filho</i>	113
Jurisprudência	
Apelação Cível nº 5000147-22.2019.8.13.0394 <i>Relator: Des. Wagner Wilson</i>	169